



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
COMARCA DE ITAPIPOCA/CE**

**Ação de Cobrança de Indenização Securitária-DPVAT- Rito
Ordinário**

ANA KAROLINE PAIVA DE MESQUITA, representada pela sua genitora **MARIA SANDRA PAIVA DAMASCENO**, brasileira, divorciada, serviços gerais, portadora da cédula de identidade sob número 2008040622-4 emitida pela SSPCE, inscrita no CPF/MF sob número 762.235.663-87, residente na Ru José de Anchieta 514, Novo Horizonte, Itapipoca/CE, vem por meio de seus advogados e **VICENTE TAVEIRA DA COSTA NETO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 30021, com escritório na AV Anastácio Braga, N° 2093, Bairro Fazendinha, Itapipoca-CE, por seu procurador que esta subscreve (anexo), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, interpor a presente ação de

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA-DPVAT- RITO
ORDINÁRIO**



em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.**, inscrita sob o CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20.031-205, Rio de Janeiro-RJ, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

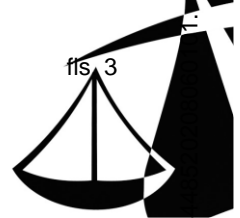
Requerem a autora os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, com arrimo na Lei 1.060/50, acrescida das alterações da Lei 7115/83 e da Lei nº 10.317/01, tudo consoante com o art. 5º, LXXIV, da CF de 1988, por não poderem arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem comprometer o sustento próprio, bem como de sua família.

II - DOS FATOS

A Demandante veio a ser vítima de acidente automobilístico, cuja data fora em dois de maio de dois mil e dezenove conforme Boletim de Ocorrência ao final anexado.

Em virtude do referido acidente, o Autor veio a sofrer lesões que, mesmo após exausto tratamento médico, culminaram em sequelas incuráveis que o acompanharão por toda a sua vida reduzindo de forma significativa sua capacidade laboral, dificultando até mesmo a realização dos mais simples afazeres cotidianos, conforme comprovado por documentação médico-hospitalar em anexo.

Ocorre, Vossa Excelência, que transcorrido as lesões supra mencionadas e restando as mesmas já cicatrizadas, o Autor restou os segmentos corporais demonstrados na documentação medica ao final acostada, permanentemente inválidos, vindo naquele momento a buscar a cobertura do Seguro DPVAT referente à INVALIDEZ PERMANENTE, que lhe é devido, protocolando a documentação exigida para tanto em ponto de atendimento credenciado pela Requerida.



Entretanto, após o exaustivo e demorado procedimento administrativo junto a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. S.A, está responsável pelo processamento e pagamento do Seguro DPVAT na esfera administrativa e judicial, a Requerente veio a receber uma quantia no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Deve-se neste momento salientar que, para efeitos de prescrição, o direito do autor foi vergastado pela parte contrária à data do pagamento a menor que esta realizou.

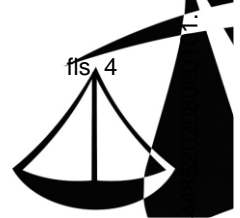
Exaurido o procedimento administrativo para o pagamento do Seguro DPVAT e restando infrutíferas todas suas tentativas de recebimento justo e digno do que lhe cabe, ao Autor não restou outra alternativa senão buscar a cobrança da complementação do que lhe devido junto ao Poder Judiciário.

III – DO DIREITO

DOS PRESSUPOSTOS DO SEGURO DPVAT

O seguro DPVAT é devido a todo e qualquer vítima de acidente de transito que tenha sofrido lesões que provoquem de qualquer forma, invalidez permanente total ou parcial. Restando portanto como pressuposto para se fazer jus a indenização, o envolvimento em acidente de transito e a existência de invalidez permanente total ou parcial da vítima, uma relação de causa e consequência, conforme cita o artigo 5º da lei 6.194 de 19 de Setembro de 1974 lei esta que dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, senão vejamos:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



Nestes termos, como comprovados na documentação ao final anexada, o Demandante faz jus à indenização referente à invalidez permanente, uma vez que foi vítima de acidente de trânsito e restou sequelado/invalído pelas lesões ocasionadas pelo o acidente.

FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

É evidente que o pagamento administrativo feito pela seguradora, no valor acima assinado, não corresponde ao total devido ao requerente. É vexatório o recebimento de tão ínfima quantia; não houve indenização plena dos danos ocorridos em sua integridade física, muito menos de todo sofrimento psicológico experimentado pelo autor.

A lei 6.194/74 cita em seu artigo 3º os valores que realmente são devidos senão vejamos?

<p>Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:</p> <p>II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;</p>
--

CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA

O quantum indenizatório deve ser corrigido monetária através da aplicação do índice IGP-M, a contar da data do sinistro no qual a vítima autor se envolveu. O juro de mora é devido a partir da data da citação da Seguradora-Ré a 1% ao mês.

Vejamos as Sumulas do Superior Tribunal de Justiça que norteiam o tema:



Sumula 426:

Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação

Sumula 43:

Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.

IV – DO PEDIDO

Ante o exposto, REQUER:

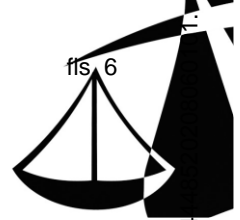
1. Deferir os benefícios da Justiça Gratuita ao Autor, uma vez que se declara ser pobre na forma da lei;
2. Determinar a citação da Requerida no endereço acima assinado para, querendo responder, sob pena de revelia;
3. Conceda a inversão no ônus da prova para ao fim único de que a Seguradora Ré apresente a este juízo a documentação que está em sua guarda, inclusive o demonstrativo do pagamento administrativo;
4. Julgar totalmente procedente a presente ação, condenando a Requerida a pagar ao Autor a importância corrigida monetariamente de R\$ 10.637,50 (dez mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos);
5. Condenar a Requerida a pagar as custas e honorários advocatícios nos termos do artigo 20 do Código de Processo Civil;
6. Provará o que for necessário, usando de todos os meios permitidos em direito, em especial pela juntada dos documentos em anexos, oitiva de testemunhas e depoimentos pessoais dos representantes da Ré, requerendo medico perito para exame físico do Demandante, respondendo os quesitos ao final alcançados.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 10.637,50 (dez mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Itapipoca/CE 14 de Fevereiro de 2020.



VICENTE TAVEIRA DA COSTA NETO

OAB/CE: 30021

QUESITOS PARA PERICIA:

1. As sequelas apresentadas pelo Autor são resultantes de lesões ocasionadas por acidente automobilístico?
2. Quais as regiões corporais possuem sequelas resultantes das lesões ocasionadas pelo o acidente?
3. As sequelas resultam em diminuição da função ou dificultam a utilização dos segmentos corporais descritos na resposta “2”?
4. Quais as perdas anatômicas ou funcionais ocorreram em cada seguimento corporal na resposta ao quesito “2”?
5. Qual a porcentagem de perda funcional de cada seguimento corporal descritos na resposta ao quesito “2”?